

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.331 - SC (2019/0276837-8)

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ANDREIA BRAGA
ADVOGADO : LUIZ PHILIPPE GEREMIAS BENINCÁ - SC032058

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial (art. 105, III, "a", da Constituição da República) interposto contra acórdão assim ementado (fls. 728-729, e-STJ):

ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. NECESSIDADE DE FILIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. ASSOCIADO À ASDNER NA ÉPOCA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO COLETIVA. SERVIDOR FALECIDO ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO. SUBSTITUIÇÃO/REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INEXISTENTE.

1. O título executivo formado na ação coletiva nº 2006.34.00.006627-7 alcança todos os aposentados e pensionistas do extinto DNER, desde que filiados à ASDNER na data da propositura daquele processo.

Aplicação das teses fixadas pelo e. STF no âmbito do RE n. 573.232 (Tema 82) e do RE n. 612.043 (Tema 499). Precedentes.

2. Pela substituição processual e pela representação processual, o substituto (pessoa jurídica - sindicato) e o representante (pessoa jurídica - associação) litigam visando consagrar direito de terceiro, respectivamente, o substituído (pessoa natural - integrante de categoria profissional) e o representado (pessoa natural - filiada à associação). A morte, todavia, representa para o Direito o fim da pessoa natural (art. 6º, do CC/2002), situação na qual não se vislumbra a possibilidade de representação ou substituição pela manifesta inexistência de um dos polos desta relação jurídica o substituído e/ou representado. Precedentes deste TRF-4.

3. Ocorrido, assim, o falecimento do integrante da categoria antes mesmo do ajuizamento do processo de conhecimento de natureza coletiva não há representação e nem substituição processual em relação ao de cujus, hipótese em que o título formado na ação não alcança o espólio ou os sucessores, não dispondo estes de legitimidade processual para execução deste título.

4. A administração dispõe de discricionariedade para, de ofício, reconhecer direitos e rever atos administrativos. A semelhança de certos atos administrativos com o teor de obrigação de fazer anexada em condenação sofrida pela administração em processo coletivo (alcance

objetivo da coisa julgada), em absolutamente nada contribui para demonstrar que o beneficiário destes atos é parte legítima para executar o título (alcance subjetivo da coisa julgada).

A verificação do alcance subjetivo da coisa julgada somente pode ser feita a partir da análise de regras de representação, substituição e legitimação processual aplicadas ao processo de conhecimento sob análise e respeitada a jurisprudência sobre o tema (RE 573.232/SC) e (RE612.043/PR).

5. Apelação improvida.

Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fl. 785, e-STJ).

Aponta a parte recorrente, em Recurso Especial, violação, em preliminar, dos arts. 489 e 1022 do CPC; e, no mérito, do art. 525, § 1º, II, do CPC. Afirma:

Todavia, no caso concreto, a ação principal foi ajuizada em 17 de fevereiro de 2006, ou seja, depois do óbito do servidor Sebastião Braga, ocorrido em 22 de agosto de 1981, conforme registro no SIAPE (evento 72, IMPUGNAÇÃO5, fl.1).

Logo, na data da propositura da ação principal, já não era mais possível a substituição processual desse servidor que, ao falecer, deixou ser titular de direitos.

A legitimação extraordinária do sindicato tampouco incluía capacidade para pleitear direito da exequente, herdeira do falecido, que não integrava a categoria representada. Aliás, sequer vertia contribuições à ASDNER à época do ajuizamento da ação coletiva (evento 1, FINANC11, em cujo documento não se constata a rubrica "ASDNER - mensalidade"), como se observou em inúmeras outras execuções do mesmo título judicial que foram deflagradas e apreciadas neste juízo. Grifo nosso!

(...)

Efetivamente, não pode o Sindicato promover execução, tampouco protesto interruptivo, em nome de servidor já falecido, ou, ainda, em favor de seus sucessores, uma vez que eles não integram a categoria representada.

Com efeito, o Sindicato não está legitimado para postular direitos dos eventuais sucessores, os quais não integram a categoria representada.

É o relatório.

Decido.

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 1 de novembro de 2019.

Para melhor compreensão da controvérsia, transcrevo os fundamentos do *decisum* recorrido ao julgar os primeiros Embargos Declaratórios (e-STJ, fls. 761-762):

Os embargos de declaração são cabíveis para suprimimento de omissão esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para fins de prequestionamento.

Examinando os autos e as alegações das partes, verifico que o julgamento, embora adequado nas questões de direito analisadas, olvidou-se de abordar a alegação de que a exequente, pensionista do servidor falecido, estava, ela própria, filiada à ASDNER na época do ajuizamento da ação coletiva e vertia contribuições para a referida associação.

Pois bem, neste caso, verifica-se que assiste razão à embargante.

O alcance subjetivo da coisa julgada formada em ação coletiva ajuizada por entidade associativa encontra-se disciplinado no julgamento do Tema 82 (RE 573.232/SC) do e. STF

Como se pode ler especificamente na tese II do Tema 82, o alcance da coisa julgada coletiva em ação ajuizada por associação está restrito aos que nesta estejam associados/filiados.

No caso dos autos, após o trânsito em julgado da primeira apelação, a qual determinou que o feito retornasse à primeira instância para prosseguimento execução, a parte exequente anexou, após a impugnação, no ev. 75, documentos que comprovam a sua filiação na ASDNER desde, pelo menos, 2005, isto é, antes do ajuizamento da ação coletiva n.

2006.34.00.006627-7. Os documentos, portanto, já estavam nos autos quando o juízo originário conheceu de ofício a questão da legitimidade ativa.

Assim sendo, embora não prosperem os demais argumentos contidos no apelo, a análise do ponto omissis no acórdão é suficiente para revelar que a parte apelante possui legitimidade ativa para promover a execução.

Concluindo, estou votando por acolher os embargos de declaração, sanando a omissão apontada e integrando o julgado, com efeitos infringentes, para o fim de dar provimento à apelação e determinar o retorno dos autos ao juízo originário para prosseguimento da execução.

Ante todo o exposto, voto por dar provimento aos embargos de declaração.

Destaco a ementa do referido julgado:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALCANCE DA COISA JULGADA FORMADA EM TÍTULO COLETIVO E LEGITIMIDADE ATIVA PARA EXECUTAR.

1. O título executivo formado na ação coletiva nº 2006.34.00.006627-7 alcança todos os aposentados e pensionistas do extinto DNER, desde que filiados à ASDNER na data da propositura daquele processo.

Aplicação das teses fixadas pelo e. STF no âmbito do RE n. 573.232 (Tema 82) e do RE n. 612.043 (Tema 499). Precedentes.

2. No caso dos autos, embora falecido o servidor antes da propositura da ação, a exequente (pensionista) logrou êxito em comprovar a sua filiação na associação desde a propositura da ação coletiva, hipótese em que está abrangida pelo título, detendo, assim, legitimidade ativa para execução.

3. Embargos de declaração providos.

Nos segundos Aclaratórios, a União alegou que:

Todavia, no caso concreto, a ação principal foi ajuizada em 17 de fevereiro de 2006, ou seja, depois do óbito do servidor Sebastião Braga, ocorrido em 22 de agosto de 1981, conforme registro no SIAPE (evento 72, IMPUGNAÇÃO5, fl. 1).

Logo, na data da propositura da ação principal, já não era mais possível a substituição processual desse servidor que, ao falecer, deixou ser titular de direitos.

A legitimação extraordinária do sindicato tampouco incluía capacidade para pleitear direito da exequente, herdeira do falecido, que não integrava a categoria representada. Aliás, sequer vertia contribuições à ASDNER à época do ajuizamento da ação coletiva (evento 1, FINANC11, em cujo documento não se constata a rubrica "ASDNER - mensalidade"), como se observou em inúmeras outras execuções do mesmo título judicial que foram deflagradas e apreciadas neste juízo. Grifo nosso!

Assim, em relação ao servidor Sebastião Braga, a sentença exequenda não produziu qualquer efeito jurídico.

Por sua vez, a Corte de origem, ao julgar os Declaratórios, assim se manifestou:

Examinando os autos e as alegações das partes, verifico que o julgamento embargado não incorreu em omissão ou contradição, tendo adequadamente apreciado as questões litigiosas e resolvido a controvérsia, como se pode ver no voto condutor do julgado, na parte que transcrevo:

Os embargos de declaração são cabíveis para suprimimento de omissão esclarecimento de obscuridade ou correção de erro material no julgamento embargado. A jurisprudência também os admite para fins de questionamento.

Examinando os autos e as alegações das partes, verifica-se que o julgamento, embora adequado nas questões de direito analisadas, olvidou-se de abordar a alegação de que a exequente, pensionista do servidor falecido, estava, ela própria, filiada à ASDNER na época do ajuizamento da ação coletiva e vertia contribuições para a referida associação.

Pois bem, neste caso, verifica-se que assiste razão à embargante.

O alcance subjetivo da coisa julgada formada em ação coletiva ajuizada por entidade associativa encontra-se disciplinado no julgamento do Tema 82 (RE 573.232/SC) do e. STF, do qual resultaram as seguintes teses:

Tema 82:

I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal;

II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial.

Como se pode ler especificamente na tese II do Tema 82, o alcance da coisa julgada coletiva em ação ajuizada por associação está restrito aos que nesta estejam associados/filiados.

No caso dos autos, após o trânsito em julgado da primeira apelação, a qual determinou que o feito retornasse à primeira instância para prosseguimento execução, a parte exequente anexou, após a impugnação, no ev. 75, documentos que comprovam a sua filiação na ASDNER desde, pelo menos, 2005, isto é, antes do ajuizamento da ação coletiva n. 2006.34.00.006627-7.

Os documentos, portanto, já estavam nos autos quando o juízo originário conheceu de ofício a questão da legitimidade ativa.

Concluindo, estou votando por acolher os embargos de declaração, sanando a omissão apontada e integrando o julgado, com efeitos infringentes, para o fim de dar provimento à apelação e determinar o retorno dos autos ao juízo originário para prosseguimento da execução.

Ante todo o exposto, voto por dar provimento aos embargos de declaração.

Como se depreende dos termos do voto acima transcrito, não estão configuradas omissões ou contradições sanáveis pela via dos embargos de declaração.

Destaco que os embargos declaratórios não se prestam à

reforma do julgamento proferido, nem substituem os recursos previstos na legislação processual para que a parte inconformada com o julgamento possa buscar sua revisão ou reforma, conforme pacífica jurisprudência do STJ, da qual colho o seguinte julgado, a título ilustrativo:

"É incabível, nos embargos declaratórios, rever a decisão anterior, reexaminando ponto sobre o qual já houve pronunciamento, com inversão, em consequência, do resultado final. Nesse caso, há alteração substancial do julgado, o que foge ao disposto no art. 535 e incisos do CPC." (RSTJ 30/412).

Diante disso, inexistindo as omissões ou contradições apontadas, e pretendendo o embargante, em verdade, o reexame do mérito do recurso, impõe-se a rejeição dos embargos de declaração no ponto.

Contudo, com a finalidade específica de possibilitar o acesso às instâncias superiores, explico que o acórdão embargado, ao equacionar a lide como o fez, não violou nem negou vigência aos dispositivos legais mencionados nos embargos, os quais dou por prequestionados.

Preliminarmente, constata-se que não se configurou a ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia. Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Na hipótese dos autos, a parte insurgente busca a reforma do aresto impugnado, asseverando que o Tribunal *a quo* não se pronunciou sobre o tema ventilado no recurso de Embargos de Declaração. Todavia, verifica-se que o acórdão controvertido está bem fundamentado, inexistindo omissão ou contradição.

Vale destacar que o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida.

Registre-se, portanto, que da análise dos autos extrai-se ter a Corte de origem examinado e decidido, fundamentadamente, todas as questões postas ao seu crivo, não cabendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Observe que o Tribunal local não emitiu juízo de valor sobre as questões jurídicas levantadas em torno dos dispositivos mencionados (art. 525, § 1º, II, do CPC).

O Superior Tribunal de Justiça entende ser inadmissível o conhecimento do Recurso Especial quando os artigos tidos por violados não foram apreciados pelo Tribunal *a quo*, a despeito da oposição de Embargos de Declaração, haja vista a ausência do requisito do prequestionamento. Incide, na espécie, a Súmula 211/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. IPTU, TIP E TCLLP. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PRESCRIÇÃO.

1. É entendimento sedimentado o de não haver omissão no acórdão que, com fundamentação suficiente, ainda que não exatamente a invocada pelas partes, decide de modo integral a controvérsia posta.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 211 do STJ).

(...)

(REsp 767.250/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 10/06/2009).

Acrescente-se que não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa a dispositivos legais que não foram analisados pela instância de origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública, como a prescrição. Ausente, destarte, o requisito do prequestionamento. Nesse sentido, destaco a decisão da Corte Especial:

AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO.

– A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que, na instância especial, é vedado o exame ex officio de questão não debatida na origem, ainda que se trate de matéria de ordem pública, como a prescrição.

Agravo regimental improvido.

(AgRg nos EDcl nos EAg 1127013/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, CORTE ESPECIAL, DJe 23/11/2010).

Além disso, apenas para esclarecer eventuais dúvidas, ressalto que, mesmo nos casos em que a instância ordinária acolhe os Embargos de Declaração "para efeito de prequestionamento", não é satisfeita a exigência de prequestionamento. Isso porque, para que se tenha por atendido esse requisito, não basta que a Corte *a quo* dê por prequestionado o dispositivo, é indispensável também a emissão de juízo de valor sobre a matéria.

Nessa linha, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 620 DO CPC. (...)

(...)

3. *É entendimento assente da Primeira Turma que a mera declaração do Tribunal a quo de se ter por prequestionados dispositivos a fim de viabilizar o acesso à instância superior não se mostra suficiente para esta Corte se, após análise feita, constatar-se a inexistência do imprescindível debate.*

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no Ag 1159497/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 30/11/2009, grifei).

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM OMISSO. OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACOLHIMENTO DO RECURSO APENAS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, SEM EFETIVA DISCUSSÃO ACERCA DOS DISPOSITIVOS TIDOS COMO VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211 DO STJ.

1. *O simples fato de o Tribunal a quo ter asseverado, por ocasião da apreciação dos embargos de declaração, que tal e quais dispositivos encontravam-se prequestionados, sem que tenha havido efetiva discussão a respeito das teses referentes à aplicabilidade dessas normas, não é suficiente para ensejar a admissão do recurso especial.*

2. *O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é pacífico no sentido de que incide, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte. Precedentes.*

3. Agravo regimental não-provido.

(AgRg no REsp 948.716/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 10/11/2008, grifei).

PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. ARGÜIÇÃO GENÉRICA. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.(...)

(...)

2. *Não satisfaz o requisito do prequestionamento a mera referência pelo Tribunal a quo de que teria por prequestionados os dispositivos legais tidos por malferidos. Precedentes da Turma. São aplicáveis os óbices das Súmulas 211/STJ e 282/STF.*

(...)

4. Recurso especial conhecido em parte e não provido.

(REsp 929.737/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJ 03/09/2007, p. 159, grifei).

Nota-se que a instância de origem decidiu a questão com base no suporte fático-probatório dos autos, cujo reexame é inviável no Superior Tribunal

de Justiça, ante o óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial."

Assim, afasta-se de ideia de simples valoração da prova, concluindo tratar-se de pura análise do conteúdo fático probatório dos autos, o que, como é cediço, é vedado na estreita via do Recurso Especial, por força da Súmula 7 do STJ, conforme já acima mencionado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte recorrente, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Por tudo isso, **conheço parcialmente do Recurso Especial, apenas com relação à violação do art. 1022 do CPC e, nessa parte, não o provejo.**

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator